

Justiça aceita denúncia contra advogado e policiais

A Justiça paulista recebeu, na quarta-feira (7/11), denúncia contra seis pessoas. Entre elas, quatros policiais civis lotados no Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado (Deic) e um advogado. Eles são acusados de extorsão. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público no dia 27 de outubro.

Foi determinada a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos acusados, desde 2004. A Justiça determinou, ainda, que a Polícia envie cópia da transcrição das interceptações telefônicas realizadas na fase do inquérito policial. As informações serão mantidas sob sigilo, em pasta própria, com consulta restrita às partes e seus procuradores. A OAB receberá uma cópia da denúncia para que indique membro da Comissão de Prerrogativas para acompanhar o caso e defender o advogado Isaac Araújo.

O processo vai tramitar na 11ª Vara Criminal Central de São Paulo, no Fórum da Barra Funda. O Ministério Público pediu o afastamento do chefe dos investigadores da equipe Apolo 31, da Delegacia de Roubos e Extorsões, Silvio Toyama, e de seus subordinados Renzo Borges Angerami, Waldir Martins Olivares e Jorge João dos Santos.

De acordo com a denúncia, os policiais exigiam dinheiro de comerciantes que estavam sendo investigados por participar de roubos de condomínios de luxo e usar postos de gasolina como fachada para lavagem de dinheiro para a facção criminosa que comandou ataques terroristas em São Paulo.

Nas ações criminosas os policiais contavam com a ajuda do advogado Isaac de Araújo e de Sidney Bacciotti Sobrinho – o Ney –, amigo do chefe dos investigadores, segundo a denúncia. Os seis são acusados de extorquir o dono de um posto de gasolina.

As investigações

A denúncia foi baseada em investigação feita entre abril e maio do ano passado. Os seis agiram juntos para ameaçar os comerciantes Flávio Silvério Siqueira e Sérgio Ricardo dos Santos Cerqueira, de acordo com o MP.

Eles tentavam conseguir de Flávio R\$ 200 mil, que mais tarde passou a ser de US\$ 200 mil. Os policiais, de acordo com a denúncia, ameaçavam as vítimas dizendo que, caso o valor não fosse pago, teriam a prisão pedida à Justiça. As ameaças começaram depois que os réus descobriram que Flávio vendera um de seus postos de gasolina por R\$ 600 mil.

Os policiais investigavam o roubo ao condomínio Corregio, que aconteceu em novembro de 2004, quando descobriram, por meio de escutas telefônicas, que dois homens identificados como Neno e Da Lua, teriam envolvimento no crime. Neno e Da Lua são, de acordo com a investigação, Flávio e Sérgio, donos de postos e com antecedentes criminais.

Os dois teriam negócios com bandidos que roubaram o condomínio e deviam dinheiro a eles. Os policiais entraram em contato com o advogado, que defendia Flávio, que passou a intermediar a negociação. Foram feitos dois encontros – um numa pizzaria no Belém e outro no Pari, segundo a

CONSULTOR JURÍDICO

www.conjur.com.br



denúncia. Nesse último, a conversa foi gravada e a queixa prestada ao Departamento de Inquéritos Policais (Dipo).

Date Created

09/11/2006